



Sessão fechada pode evitar silêncio na CPI

O presidente da comissão mista, senador Vital do Rêgo, admite a possibilidade de que a reunião de hoje para tomada de depoimento de ex-diretor da Petrobras se torne fechada ao público e a jornalistas

A CPI Mista da Petrobras ouve na tarde de hoje o ex-diretor Paulo Roberto Costa. De acordo com Vital do Rêgo, a sessão vai começar aberta, mas depois

poderá se transformar em sessão secreta, caso haja solicitação nesse sentido de parlamentares e acordo com o depoente. Na avaliação do relator, deputado Marco Maia,

a reunião permitirá confirmar a veracidade ou não do que foi publicado na imprensa sobre o depoimento de Costa à Polícia Federal e ao Ministério Público. **3**

Projeto facilita identificação de motorista infrator

A responsabilização do real condutor de um veículo envolvido em infração de trânsito pode ficar mais fácil se for aprovado projeto em análise na Comissão de Constituição e Justiça. A proposta visa identificar o principal condutor no documento do automóvel, indicação que deverá ser feita pelo proprietário em comunicação ao órgão executivo de trânsito. A confirmação fica sujeita à aceitação expressa do indicado. Com o procedimento, o principal condutor passa a ser o responsável presumido no caso de infrações. **4**

Texto prevê prêmio para luta pela liberdade de imprensa **2**

Projeto recupera decreto de Jango sobre reforma agrária **2**

Conselho de Defesa Nacional deve contar com ex-presidentes

Comissão avalia inclusão de ex-presidentes da República no Conselho de Defesa Nacional, órgão previsto na Constituição para ser convocado pelo chefe do Executivo na hipótese de o país enfrentar situações graves, como as que colocam em risco a defesa do Estado e a integridade das instituições. **2**

Presidente Dilma em encontro com os ex-presidentes Sarney, Lula, Fernando Henrique Cardoso e Fernando Collor



R. Stockert/PR

G. Bolanos e E. Vinhas/OT



Trabalho infantil atinge 14% das meninas brasileiras

Pesquisa contratada pela organização não governamental inglesa Plan International mostra que 14% de meninas entre 6 e 14 anos afirmam trabalhar ou já ter trabalhado para terceiros. **4**

Adolescente prepara refeição: 37% das meninas que disseram trabalhar fazem atividades domésticas

Congresso poderá ter mais poder em ato internacional

Proposta de emenda à Constituição (PEC) do senador Antonio Carlos Valadares dá ao Congresso o poder de autorizar ou rejeitar denúncias de atos internacionais — ação que ocorre quando o país decide se retirar de um acordo ou tratado. Atualmente, o Parlamento analisa apenas a ratificação de atos firmados pelo Executivo. **4**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Estatuto da Juventude



Liberdade é ter autonomia

Os jovens sonham ser livres e independentes. Por isso, o Congresso Nacional aprovou o Estatuto da Juventude, que permite a você que tem entre 15 e 29 anos viver com mais autonomia.

É a lei ajudando os jovens a alçar voos cada vez maiores.

saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Conselho de Defesa Nacional poderá contar com a participação de ex-presidentes para decidir situações graves, como guerras e calamidades públicas. Proposta ainda será discutida em comissão



Ex-presidentes Collor, Sarney, Lula e Fernando Henrique acompanham a presidente Dilma em visita ao Alvorada

Texto inclui ex-presidentes no Conselho de Defesa

OS EX-PRESIDENTES DA República podem tornar-se membros natos do Conselho de Defesa Nacional, órgão previsto na Constituição para ser convocado pelo chefe do Executivo na hipótese de o país enfrentar situações graves, como as que colocam em risco a defesa do Estado e a integridade das instituições democráticas.

A iniciativa de colocar os ex-governantes nesse conselho consta da Proposta de Emenda à Constituição 54/2011, do senador licenciado Ivo Cassol (PP-RO). O objetivo é que o governo conte, em momentos críticos, com a experiência e informações qualificadas detidas por aqueles que passaram pelo Poder Executivo.

Na redação atual, são membros do Conselho de Defesa

Nacional o vice-presidente da República, os presidentes da Câmara e do Senado, os ministros da Justiça, da Defesa, das Relações Exteriores e do Planejamento e os comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Experiência prévia

Se aprovada pelo Legislativo, a mudança colocará no Conselho os ex-presidentes José Sarney, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Collor e Luiz Inácio Lula da Silva.

Eles poderão ser convocados pelo chefe do Executivo para opinar nas seguintes situações: declaração de guerra e celebração da paz, decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal; para propor os critérios e condições de utilização de áreas

indispensáveis à segurança do território nacional; para opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo; e para estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias a garantir a independência nacional e a defesa do estado democrático.

Relator da proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) é favorável à ideia, por entender que “é imprescindível contar com a contribuição dos antigos presidentes da República na ponderação sobre temas tão relevantes para o país”. Para ele, a gravidade das situações requer experiência.

Projeto valoriza liberdade de imprensa

Está pronto para entrar na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) projeto de Jayme Campos (DEM-MT) que institui o Prêmio de Jornalismo Roberto Civita e o Prêmio Personalidade Jornalística do Ano Ruy Mesquita, a serem concedidos, respectivamente, a profissionais e a dirigentes de veículos de comunicação que se destacarem pela prestação de relevantes serviços em prol da liberdade de imprensa e das instituições democráticas.

Na justificativa da proposta (PLS 270/2013), o autor explica que a ideia é valorizar o trabalho daqueles que, em busca da informação, “arrisgam diariamente suas vidas, desvendando e publicando reportagens que contam a história de nossa comunidade”.

— A nosso ver, comemorar a liberdade de imprensa significa reconhecer, proteger e incentivar a produção intelectual dos jornalistas brasileiros — afirmou o senador.

A escolha dos patronos se

deve à contribuição de ambos na estruturação do pensamento nacional. Roberto Civita dirigiu o Grupo Abril e fundou a revista *Veja*. Ruy Mesquita foi diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*.

O relator, Cyro Miranda (PSDB-GO), apresentou parecer favorável, mas pediu a conversão da proposta em projeto de resolução do Senado, por se tratar de competência da Casa. Se aprovado, o texto segue para a Mesa e para o Plenário.

Decreto sobre reforma agrária pode ser resgatado

As faixas de terras rurais localizadas a até cinco quilômetros dos eixos de rodovias e ferrovias federais poderão passar a ser declaradas de interesse social e desapropriadas para fins de reforma agrária, conforme projeto de Roberto Requião (PMDB-PR). O texto resgata a medida contida em decreto assinado pelo então presidente João Goulart em março de 1964 e revogado após o golpe militar.

A apresentação do projeto (PLS 90/2014) 50 anos após a tomada do poder pelos militares, de acordo com o senador, é “uma forma de homenagem e reparação que o país deve ao presidente João Goulart e a todos os

brasileiros que foram vítimas do golpe e dos seus desdobramentos”.

Com a proposta, Requião quer fortalecer o programa de reforma agrária do governo federal, além de incentivar o aproveitamento de terras improdutivas e a produção de alimentos produzidos pela agricultura familiar.

O projeto estabelece que a União deverá buscar entendimentos com estados e municípios para a execução das medidas previstas na provável nova lei. Também determina que, após a aprovação, a proposta seja submetida a referendo popular.

O projeto aguarda relatório na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).



João Goulart assinou o decreto em 1964, mas o texto foi revogado por militares

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

14h Sessão destinada a pronunciamentos.

PRESIDÊNCIA Rodrigo Janot

11h Recebe procurador-geral da República.

CPMI DA PETROBRAS Depoimento

14h30 A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Petrobras ouve o ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **14h**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, **a sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:

Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis

Diretor-adjunto: Flávio Faria

Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira

Coordenação de Edição: Sílvio Burl

Coordenação de Multimídia: James Gama

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

De acordo com Vital do Rêgo, a fala de Paulo Roberto Costa vai começar em sessão aberta, mas poderá se tornar fechada a pedido de parlamentares ou do depoente

Depoimento na CPI mista poderá ser secreto

O PRESIDENTE DA CPMI da Petrobras, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), não descarta a possibilidade de a sessão para ouvir o ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa começar sem restrições e depois ser fechada ao público e à imprensa, se isso for condição para Costa contar mais detalhes do esquema investigado pela Polícia Federal. O depoimento está marcado para as 14h30 de hoje.

— A sessão vai começar aberta e, no seu curso, pode se transformar em uma sessão secreta mediante a provocação dos parlamentares e acordo com o depoente — explicou o presidente da comissão em entrevista à TV Senado.

Ainda segundo Vital, o possível silêncio de Paulo Roberto Costa é estratégia da defesa e precisa ser respeitado:

— A permanência dele em



Vital do Rêgo pretende que o ex-diretor da Petrobras colabore com a CPI da forma que tem feito com a Polícia Federal

silêncio é uma estratégia da defesa. Ele tem garantia constitucional de não se incriminar. Nós vamos provocar para que ele tenha com a CPI a mesma colaboração que está tendo com o Ministério Público e com

a Polícia Federal — afirmou.

Esquema especial de segurança está sendo montado para o depoimento do ex-diretor, que será ouvido no Senado, no Plenário 2 da Ala Nilo Coelho, onde só será

permitida a presença de 60 pessoas.

O acesso ao depoimento vai ser controlado pela Polícia do Senado e será restrito a servidores, senadores, deputados e imprensa credenciada.

O relator da CPI mista, deputado Marco Maia (PT-RS), acredita que o depoimento será secreto, o que facilitaria maior colaboração de Costa.

— Eu acho que nós vamos ter na CPMI políticos que foram citados, que estarão lá para confrontar essa informação. Eu acho que será também uma grande oportunidade de nós confirmarmos se aquilo que tem saído na imprensa é verdade ou não — disse Maia.

Este será o segundo depoimento do ex-diretor da Petrobras no Congresso. Em junho, antes da delação premiada, ele esteve na CPI exclusiva do Senado e negou a participação em desvios de dinheiro da estatal. Ele se disse injustiçado, acusou a imprensa de “publicar dados sem fundamento” e disse que não sabia que Alberto Youssef era doleiro.

Cyro pede seriedade na investigação da estatal

Cyro Miranda (PSDB-GO) avaliou que a atual legislatura (período de quatro anos entre eleições) foi uma das piores



Pedro França/Agência Senado

Para o senador, as novas revelações feitas pelo ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa reforçam a necessidade de apuração. Na opinião de Cyro, o caso do mensalão poderá ser classificado de “troco”, se confirmadas as denúncias.

— Eu peço muita reflexão e que sejamos, principalmente o Senado, o Congresso, muito duros nessa CPMI. Vamos fazer isso com sentido de honestidade, doa a quem doer — disse.

Segundo Cyro, a falta de debates e a ausência de fiscalização desgastam a imagem dos políticos e afastam as pessoas da atividade política.

— Eu peço muita reflexão e que sejamos, principalmente o Senado, o Congresso, muito duros nessa CPMI. Vamos fazer isso com sentido de honestidade, doa a quem doer — disse.

Matos propõe escola integral com 1,4 mil horas-aula anuais

Wilson Matos (PSDB-PR) defendeu em Plenário projetos que ele apresentou visando melhorar o ensino no Brasil.



Moreira Menezes/Agência Senado

O primeiro deles propõe escolas de tempo integral, que passariam a oferecer 1,4 mil horas-aula por ano em vez das 800 atuais. A adoção do novo horário seria feita gradativamente até 2024.

O senador disse que os recursos para essa iniciativa virão do pré-sal e do aumento de recursos do PIB destinados à educação.

As outras propostas apresentadas por Matos referem-se à avaliação do desempenho dos professores da educação básica. Aí se incluiriam o pagamento de bônus aos profissionais cujos alunos tiverem boas notas e critérios de mérito no processo de gestão do ensino público.

— Não podemos mais sustentar turnos de quatro horas de aula, com 30% de desperdício em razão de indisciplina e atividades burocráticas de sala de aula — disse.

Cristovam Buarque defende Banco Central autônomo

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu ontem a independência do Banco Central, argumentando que um Banco



Genildo Magela/Agência Senado

Central sem autonomia, na verdade, tem contribuído com o crescimento da inflação e com o aumento dos lucros dos bancos privados. Ele lamentou que o presidente do Banco Central no Brasil seja considerado ministro, o que evidenciaria o quanto a instituição é dependente do governo.

— Hoje, o Banco Central é tão dependente

que o presidente tem o título de ministro. Só um Banco Central autônomo é capaz de permitir que a moeda seja do povo e não do governo, da nação e não do partido no poder. É esse o debate que a gente deveria fazer — afirmou o parlamentar.

Segundo Cristovam, o presidente do Banco Central deve ter mandato e ser escolhido com base no conhecimento técnico e na credibilidade de patriotismo e de respeitabilidade moral.

Raupp comemora nova ponte sobre o Rio Madeira

Valdir Raupp (PMDB-RO) comemorou a inauguração de ponte sobre o Rio Madeira, ocorrida anteontem.



Waldemar Barreto/Agência Senado

O senador explicou que a ponte vai permitir a ligação rodoviária de Rondônia a outros estados e a países vizinhos e vai ajudar a acelerar a recuperação da BR-319, obra que aguarda licenciamento do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Com mais de mil me-

tros de extensão, a obra, iniciada em 2010, é, segundo Raupp, uma importante conquista dos rondonienses que se tornou realidade graças aos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

— Com a ponte, a travessia se faz em minutos. É muito mais rápido, mais seguro e mais democrático. A ponte é um instrumento público que facilitará a vida das pessoas que transitam naquela região — disse.

Fleury cobra incentivo à construção de armazéns

Fleury (DEM-GO) sugeriu que o governo incentive os micros e pequenos produtores rurais a construir armazéns para estocar os grãos.



Moreira Menezes/Agência Senado

Se isso for feito, explicou, esses produtores vão gerenciar melhor a produção e poderão ganhar mais.

No sistema atual, disse o senador, o produtor, ao usar os armazéns da Conab explorados por multinacionais, tem uma perda técnica equivalente a 2% do que foi armazenado e

também arca com o custo do transporte. Além disso, os produtores são pressionados a vender a safra para as empresas que a armazenam.

Isso ocorre porque, ao se aproximar a data do pagamento dos custos de produção e estocagem, os agricultores podem não conseguir dinheiro e, assim, acabar vendendo a produção para o armazém, a um preço menor do que conseguiriam se tivessem o controle do armazenamento em sua própria terra.

Blairo Maggi celebra agronegócio brasileiro

Blairo Maggi (PR-MT) comentou ontem participação em encontro de agronegócio na cidade de Colônia, na



Moreira Menezes/Agência Senado

Alemanha. No evento, acompanhado de produtores brasileiros, debateu o futuro da produção rural diante da dificuldade de expansão da fronteira agrícola no mundo.

Nesse aspecto, segundo o senador, os olhos do mundo se voltam para o Brasil — que, segundo ele, tem condições de crescer na agricultura sem os obstáculos

que atingem outros países emergentes.

Blairo também elogiou a legislação ambiental do Brasil, que, para ele, constitui uma vantagem competitiva do país no cenário internacional.

— O Brasil pode, de cabeça erguida, olhar para todos os seus concorrentes mundo afora e dizer: nós somos um país e uma potência agrícola que respeita o meio ambiente e as condições sociais para fazer um bom alimento — disse.

Mais de 1,7 mil meninas de 6 a 14 anos foram entrevistadas em todo o país. Das que trabalham ou já trabalharam, 37% disseram fazer serviço doméstico em casa de família

Pesquisa aponta trabalho de 14% de meninas

CUIDAR DE CRIANÇAS pequenas e fazer faxina e diversos serviços domésticos na casa de outras pessoas faz parte da rotina de milhares de meninas de 6 a 14 anos no Brasil, de acordo com pesquisa contratada pela organização não governamental inglesa Plan International.

Das entrevistadas, 14% afirmam trabalhar ou já ter trabalhado para terceiros. Dessas, 37% trabalham ou já trabalharam em atividades domésticas; 16,5%, em lojas e mercados; 7%, em serviços relacionados à agropecuária ou à pesca; 6%, em fábricas; e 5%, nas ruas, vendendo coisas, recolhendo material reciclável, vigiando ou limpando carros e em outras atividades informais.

Das meninas que tiveram experiência de trabalho ou estão trabalhando, 9,4% estão em São Paulo. A pesquisa perguntou também o que é importante para ser feliz. A maioria delas escolheu as alternativas “estudar” e “ter uma vida saudável”.

O projeto da pesquisa, aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade de Brasília (UnB), entrevistou 1.771 meninas de cinco capitais (São Paulo, Porto Alegre, Cuiabá, Belém e São Luís) e outras 16 cidades das cinco regiões do país.

O Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador estabeleceu metas de eliminação das piores formas de



Menina trabalha na atividade rural: pesquisa revela que crianças realizam atividades degradantes no campo e na cidade

trabalho infantil até 2015 e de erradicação até 2020, assumidas pelo Brasil e pelos demais países signatários do documento, apresentado na 16ª Reunião Regional Americana

da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ocorrida em 2006. A finalidade do plano é coordenar as intervenções de diversos atores sociais e introduzir novas ações para a prevenção e eliminação do trabalho infantil.

de 7,2% em 2008 para 7% em 2011.

Segundo dados de 2011, 93,7% do universo de crianças e adolescentes ocupados no trabalho infantil doméstico é composto de meninas (241 mil). Os meninos somam 16 mil. Do total, 67% são negros (172,6 mil).

Já o IBGE indica que, em 2012, houve uma queda significativa do trabalho infantil. Segundo o órgão, em 2011, havia 704 mil crianças e adolescentes entre 5 e 13 anos no mercado de trabalho. Em 2012, o número caiu para 554 mil, uma redução de 21%. A população ocupada de 5 a 13 anos de idade está principalmente concentrada em atividade agrícola (60,2%).

Atividade é proibida pelo Estatuto da Criança

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) proíbe o trabalho de crianças com menos de 16 anos, salvo na condição de menor aprendiz, a partir dos 14 anos e com acompanhamento. Apesar disso, pesquisas indicam que ainda há muitas crianças servindo de mão de obra nas mais diversas funções, como as reveladas pela Plan International.

A garantia do direito à educação e ao lazer e a erradicação do trabalho infantil são os objetivos de projetos que tramitam no Senado, como o PLS 241/2014, de Ana Rita (PT-ES), que reserva a metade das vagas destinadas a jovens aprendizes para indivíduos em situação de vulnerabilidade ou cumprindo medidas socioeducativas.

O projeto reinsere no mer-

cado de trabalho, de maneira regular, crianças “em risco de envolvimento com as piores formas de trabalho infantil”. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) regulamenta a contratação de jovens a partir de 14 anos, estabelecendo regras para a atividade escolar. A matéria está na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde aguarda relatório de Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Projeto identifica o principal condutor

A responsabilização do real condutor de um veículo poderá ficar mais fácil com a criação de uma nova figura no Código de Trânsito Brasileiro (CTB). O PLC 60/2013, do deputado José Mentor (PT-SP), permite a indicação de um “principal condutor” no documento do veículo, o que dispensaria procedimentos burocráticos quando o proprietário não estiver dirigindo, no caso de acidente, por exemplo.

O PLC 60/2013, que aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), tem voto favorável do relator, José Pimentel (PT-CE).

Para o autor do projeto, a mudança deve dar tranquilidade aos donos de automóveis usados regularmente por terceiros, como parentes e motoristas profissionais.

“É rotineiro verificarmos que o proprietário às vezes nem sequer tem conhecimento das rotas percorridas pelo condutor, nem das infrações cometidas por ele”, argumenta.

De acordo com o texto, o principal condutor deve ser apontado pelo proprietário em comunicação ao órgão executivo de trânsito. A confirmação

fica sujeita à aceitação expressa do indicado. Depois disso, seu nome será inscrito no cadastro do veículo no Registro Nacional de Veículos Automotores (Renavam).

Com a indicação, o principal condutor passa a ser o responsável presumido no caso de infrações. A identificação só precisa ser feita se o condutor real não for o indicado no documento.

Caso o veículo seja vendido, o principal condutor tem seu nome desvinculado do Renavam. Outras hipóteses para a exclusão do nome do condutor são a indicação de outra pessoa em substituição ou um requerimento do próprio condutor ou do proprietário.

A regra para retirada do condutor do cadastro foi incluída

por Pimentel em emenda substitutiva.

“Não pode o principal condutor ficar vinculado ao veículo até que o proprietário resolva modificar sua situação, sem meios de se desvincular por conta própria. Basta pensar no caso do motorista profissional que deixou o emprego e precisa se desvincular da responsabilidade pelo veículo do antigo empregador”, argumenta o relator.

O texto aprovado na Câmara previa a emissão de um novo documento para o veículo sempre que o principal condutor fosse alterado. Para Pimentel, no entanto, o procedimento não seria prático, razão pela qual sugeriu a simples inscrição no cadastro do veículo no órgão de trânsito.



Relator na Comissão de Constituição e Justiça, Pimentel é favorável à proposta

PEC amplia influência do Congresso sobre tratados

O Congresso poderá ter ampliada sua competência em relação a atos internacionais. Proposta de emenda à Constituição (PEC) de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) determina que o Legislativo deve opinar sobre tratados ou acordos internacionais que acarretem encargos ou compromissos ao patrimônio nacional, incluindo a denúncia desses atos.

O senador lembra que a ratificação de um acordo internacional depende da aprovação parlamentar. Mas a questão da denúncia não foi objetivamente regulamentada pela Constituição, sendo praticada hoje por iniciativa exclusiva da Presidência da República.

Na opinião do parlamentar, é indispensável a alteração do texto constitucional “para fazer constar, de forma inequívoca, a competência congressual para apreciar e autorizar a denúncia de tratados, acordos e atos internacionais”.

A denúncia ocorre quando um país não quer permane-



Valadares quer que denúncia de ato internacional passe pelo Parlamento

cer sujeito aos termos de um tratado e faz uma notificação por escrito para retirar-se do acordo.

A Constituição não aborda o assunto. Segundo Valadares, por questões meramente costumeiras, o Brasil remeteu a competência unicamente ao presidente da República para denunciar unilateralmente os tratados internacionais sem a participação do Congresso. A proposta resolveria a questão, com a previsão constitucional sobre a participação legislativa.

A PEC 31/2014 foi apresentada na semana passada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e aguarda indicação de relator.